

**Governança do Turismo em Sergipe:
influência, controle e sustentação institucionais do poder público e setor
empresarial**

Joab Almeida Silva¹
José Wellington Carvalho Vilar²

Resumo

O turismo se configura como atividade capaz de promover transformações sócio-espaciais de alto impacto no modo de vida das comunidades residentes nos destinos onde se processa. As relações de mercado comumente representadas pelos elementos constitutivos da oferta como os equipamentos fixos públicos ou privados, e os atrativos naturais ou artificiais, e pelas informações da demanda, como perfil e fluxo de viajantes consumidor-turista, muitas vezes podem direcionar perspectivas limitantes em relação à dinâmica de funcionamento, e induzir análises sem considerar os diversos setores envolvidos com produção do turismo. Este cenário aponta para a necessidade de planejamento e gestão participativos e eleva a importância da gestão compartilhada e descentralizada, sugerindo governança do turismo como saída para os problemas de convergência de interesses. A questão motivadora deste trabalho é a representatividade da variada cadeia de produção do turismo, incluindo agentes do poder público, do setor privado e do terceiro setor nas instâncias de governança instituídas, neste caso, no Estado de Sergipe. Este trabalho é um extrato de pesquisa de Doutorado voltada para análise sócio-espacial do turismo e teve por objetivo analisar as instâncias de governança do turismo em Sergipe e suas influências no desenvolvimento da atividade, para tanto, foi realizado um resgate teórico sobre as políticas públicas de turismo, gestão pública do turismo e instâncias de governança no turismo. Quanto aos procedimentos e técnicas foram utilizados o levantamento e análise da bibliografia, análise documental, especialmente nos registros de ata e memória de reuniões, associados à observação direta nos encontros realizadas no período de 2007 a 2019. Entre os principais resultados estão a influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na organização de instâncias de governança regionais de turismo notadamente na região Nordeste do Brasil, a organização da política pública nacional para a gestão descentralizada e regionalização do turismo, e a incompatibilidade de operacionalização destas diretrizes políticas na unidade federada e nos municípios.

Palavras-chave: Governança; Turismo; Gestão Pública; Políticas Públicas de Turismo.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS). <http://lattes.cnpq.br/1862568811283641>. E-mail: joab.turismo@hotmail.com.

² Doutor em Análisis Geográfico en la Ordenación del Teritorio pela Universidade de Granada (UGR-Espanha). Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). <http://lattes.cnpq.br/5445919556990229>. E-mail: wvilar@yahoo.com.br.